

ACTA Nº 01/2008

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E OITO.

Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e oito, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Fevereiro destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 04/12/2007 a 25/02/2008; -----

Ponto 2 - Discussão sobre a auditoria às Finanças Municipais (Proposta do PS); -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação de parecer sobre o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@RIA; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Re-delimitação do Plano de Pormenor da Ermida; -----

Ponto 5 - Apreciação e Votação do reconhecimento de interesse público e de inexistência de localização alternativa para a implementação do Centro de Estágios na Colónia Agrícola; -----

Ponto 6 - Apreciação e Votação do Regulamento das Bolsas de Emprego; -----

Ponto 7 - Apreciação e Votação do Regulamento Geral de Utilização do Centro Cultural de Ílhavo. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente José Agostinho Ribau Esteves e os Vereadores Fernando Caçoilo, Marcos Ré, Margarida São Marcos, Paulo Costa e António Pedro Martins. Não esteve presente o Vereador João Oliveira. -----

FALTAS: Josué Teixeira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, João Canha Lopes. ----

Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Soares. -----

Fernando Nascimento, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, David Louro. -----

David Louro, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Maria de Fátima Bola. -----

Mário Júlio Ramos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Castanheira. -----

Manuel Castanheira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Amândio Pereira. -----

Pedro Tróia, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Carlos Lopes. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a falta de Hugo Coelho e as presenças de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Hernâni Santo, Carlos Lopes, Amândio Pereira, Irene Ribau Esteves, João Canha Lopes, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Manuel Soares, Nuno Torres, Maria Fátima Bola, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. --
A reunião teve início às 21H30. -----

ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES: -----

Acta n.º 09/2007: Submetida a votação foi aprovada por maioria, com o voto contra do membro da CDU.

Acta n.º 10/2007: Submetida a votação foi aprovada por maioria, com a abstenção dos membros Maria de Fátima Bola, Amândio Pereira e Manuel Serra. -----

MOÇÕES APRESENTADAS À MESA: -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal leu as duas seguintes moções, apresentadas à mesa pelo membro José Alberto Loureiro: -----

1)“Ao longo de muitos anos, a Associação Chio-Pó-Pó, tem vindo a tornar-se, pelo trabalho que vem realizando em prol do Concelho, num símbolo da nossa cultura. -----

Assim propomos: -----

Que na passagem de mais um aniversário a Assembleia Municipal aprove um voto de agradecimento a todos aqueles que ao Concelho têm dedicado parte da sua vida pessoal e familiar. -----

Ílhavo, 29 de Fevereiro de 2008 -----

O Deputado do PCP -----

As.)- José Alberto Ramos Loureiro”. -----

2)“Considerando todo o trabalho que ao longo de tantos anos o Sporting Clube da Vista Alegre vem desenvolvendo em prol da nossa terra, propomos: -----

Que a Assembleia Municipal, na passagem de mais um aniversário, desta tão importante Associação da nossa terra aprove um voto de agradecimento a todos aqueles que ao TALÉ têm dedicado parte da sua vida pessoal e familiar. -----

Ílhavo, 29 de Fevereiro de 2008-02-28 -----

O Deputado do PCP -----

Ass-) José Alberto Ramos Loureiro” -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pôs à consideração da Assembleia a apreciação ou não, destas duas moções. -----

Deliberado por unanimidade aceitar as duas moções para discussão e votação. -----

Foi dada a palavras aos membros para intervirem: -----

FLOR AGOSTINHO: Reconhece o trabalho de ambas as associações. Preocupa-lhe a tentativa de forma eleitoralista do PCP em criar algum atrito entre o PSD e as associações com alguns elementos do PCP na sua direcção. Aguarda pelo 108º aniversário da Banda Música Nova, à qual pertence, de modo a que o PCP também proponha um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido no Concelho, destacando outras mais associações. -----

Diz que participar nas associações é uma causa nobre de prestar trabalho à comunidade. -----

MEMBRO JOSÉ ALBERTO LOUREIRO: Indica que não pretendeu destacar este assunto para o campo político. Destaca que é ele quem mais tem apresentado propostas e moções. **VOTAÇÃO DAS MOÇÕES:** ---

Submetidas as duas moções a votação, foram aprovadas por unanimidade. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

EDUARDO FERREIRA: Começa por dizer que a política portuguesa já teve melhores dias, encontrando-se um pouco desacreditada pela população em geral, dando vários exemplos nas áreas da cultura, saúde, obras públicas, entre outras. -----

A nível local, destaca os últimos dez anos, mencionando que se continuam com carências e um desperdício orçamental e onde a política activa do PSD se preocupa em maltratar a oposição quando a sua preocupação deveria ser, o futuro do Concelho e o bem dos munícipes. -----

JORGE TADEU: Destaca o tema Mapa Judiciário, que se encontra a ser discutido entre o PS e o PSD, bem como com os agentes judiciais no âmbito do pacto da Justiça. Por isso, questiona quais as consequências da sua aplicação para o Concelho e o porquê de tanta desinformação à volta deste ante-projecto. Justifica que em 1º lugar interessa ao governo esta opacidade à volta deste ante-projecto, e em 2º lugar porque esta é uma matéria muito específica e algo complexa pelo que é de difícil percepção por parte de todos aqueles que não são agentes da justiça. -----

Destaca que o que foi assinado no pacto de justiça relativamente ao mapa judiciário, e aquilo que foi apresentado ao PSD como ante-projecto para a efectivação deste pacto, não são a mesma coisa, desde os prazos de apresentação à eliminação de duzentas comarcas no nosso país. -----

Pergunta quais as eventuais consequências para o Concelho, visto que foi assinado um protocolo em 2004 com o Ministério da Justiça para a construção do novo Tribunal de Ílhavo e agora há conhecimento da intenção do governo em extinguir a comarca de Ílhavo. -----

FLOR AGOSTINHO: Diz ter tido conhecimento da criação de um grupo de trabalho para elaboração de uma proposta do Plano Estratégico de Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, relembrando que já havia sido prometido há ano e meio, com o objectivo de quantificar o investimento associado e a formulação de propostas para o seu financiamento, incluindo o recurso ao QREN. Nos trâmites legais, tudo indica que no prazo de quatro meses o plano estará definido com uma proposta para actuar sobre a Ria. Assim, questiona se estes prazos são credíveis. -----

Destaca a onda de protestos por parte de vários grupos profissionais da população portuguesa, nomeadamente professores, que poderá conduzir a uma crise social de consequências imprevisíveis. -----

Diz se a favor da avaliação justa dos docentes, mas tal deve ser feita de forma articulada, pensada e rigorosa, sempre na busca de privilegiar os melhores, que revelem competências científicas, dedicação à causa, preocupação com o aumento do conhecimento dos seus alunos, que promovam o culto da cidadania dos seus discentes, promovendo a promoção científica e cívica dos seus alunos. Não pactua com a lógica do combate ao insucesso, através do facilitismo na educação dos jovens, como pretendem fazer através dos programas das novas oportunidades e Bolonha, comprovando que o Governo somente pretende melhorar as estatísticas da educação, transformando a juventude numa população ignorante e iletrada mas com um canudo. -----

Assim, manifesta a total solidariedade aos professores pelo seu protesto legítimo contra o processo adoptado pela actual Ministra da Educação. -----

FRANCISCO GRANGEIA: Pergunta qual é o ponto de situação dos planos de pormenor, nomeadamente do Plano de Pormenor da Colónia Agrícola, bem como do PDM. -----

JOSÉ LOUREIRO: Alerta para o mau estado em que se encontram as estradas da Gafanha da Nazaré. Chama à atenção para a construção ilegal de casas na estrada da Gafanha da Nazaré em direcção a Ílhavo, apelando à actuação da Câmara Municipal. -----

Quanto à alteração da circulação do trânsito na Cale da Vila, indica que as pessoas se têm queixado de algumas situações, solicitando que as mesmas sejam rectificadas, nomeadamente que a Rua Trindade Salgueiro, deveria ser uma saída da cidade, e não uma entrada na cidade. -----

Termina, questionando qual o ponto de situação do PDM. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Relativamente ao Mapa Judiciário, responde ao membro Jorge Tadeu que os municípios portugueses são contra o mesmo, indicando que a ANMP decidiu por unanimidade, num órgão executivo onde estão representados os três maiores partidos do Poder Local, PSD, PS e CDU, assumir uma crítica à opção assumida pelo governo no mapa judiciário de tornar a justiça mais longe das pessoas e por sua vez mais cara, devido aos custos de deslocação. -----

Indica que, nesta matéria, o governo está em incumprimento para com a Câmara Municipal em relação ao novo tribunal, visto que um Governo que está determinado a fechar tribunais, não está disponível para conversar sobre a construção do novo tribunal de Ílhavo, nem sobre o pagamento de renda por usar o edifício da câmara como tribunal. -----

Responde ao membro Flor Agostinho, que apesar de ter sido rápida a constituição da Comissão de Trabalho, não vê que o mesmo aconteça com a apresentação de um novo modelo de gestão da ria e de investimentos na mesma. -----

Chama à atenção de que os Municípios da Associação dos Municípios da Ria e da Grande Área Metropolitana de Aveiro, definiram que esta medida é uma má decisão, visto não acreditarem que a substituição da CCDRC pela ARH vá definir algo neste processo. Destaca ainda que assumiram como boa ideia, a sociedade Polis, cooperando com as Câmaras e com todas as capacidades legais para assumir a própria gestão da Ria de Aveiro naquilo a que respeita à gestão dominial e daquilo que respeita à gestão dos projectos e no futuro das obras. -----

Outra preocupação está na Lei da Água, onde há a delegação de competência de gestão dominial da ARH para a Administração do Porto de Aveiro. Explica que ao abrigo da Lei da Água, determina-se que haja uma delegação de competências da ARH'S nas autoridades portuárias para a questão dominial dentro das áreas portuárias. Nesta sequência, exige-se, e a APA está sensível, que a jurisdição dominial dentro da área portuária seja feita com a medição permanente de todos os impactos das intervenções na área portuária sobre a laguna da Ria de Aveiro. -----

Adianta que a delegação de competências ainda não está feita, e será mantido um acompanhamento próximo do dossier, com uma discussão na praça pública que exige uma atitude célere e urgente do governo. -----

Diz ser possível, em quatro meses, avançar com o despacho do Ministro, mas entende que o mais importante é a criação de um instrumento que capacite a gestão da Ria para que ela possa ser integrada, e realizar investimentos, nomeadamente tirando bom proveito dos Fundos Comunitários. -----

Defende que a Ria de Aveiro é um património de relevante interesse nacional, entendendo que devem ser os fundos do Programa Operacional da Valorização do Território a financiar o que é necessário fazer na Ria de Aveiro, e não os parques fundos do Programa Operacional da Região Centro. -----

Termina, dizendo que a AMRIA com a Assembleia Distrital, disponibilizaram instalações para acolher a delegação da ARH, estando a parceria em pleno desenvolvimento. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as segundas intervenções dos membros, pelo que se inscreveram: -----

FLOR AGOSTINHO: Diz que colocou esta questão, porque esteve presente na última reunião da GAMA em que se abordou esta matéria, destacando que não compreende e é incomportável uma comissão ser constituída por três pessoas, que depois pode ser assessorada, por um grupo de dezanove entidades. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, tendo o mesmo prescindido, dizendo que responderá no Ponto 1 da Ordem do Dia. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara Relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 04/12/2007 a 25/02/2008. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Começa por destacar as Comemorações dos 110 Anos da Restauração do Município com um conjunto de acontecimentos muito importantes, nomeadamente as Comemorações do Feriado Municipal deste ano com a inauguração do Centro Cultural de Ílhavo, o novo formato das Festas do Município de Agosto, e o grande acontecimento internacional que é a Regata que vai ligar Falmouth-Ílhavo e Funchal. -----

Entendeu-se deixar um testemunho escrito dos 10 anos de liderança da Câmara Municipal, para que a obra que alguns não vêm, seja explicada nalguns contornos que não são do conhecimento público, e que são também uma assunção de responsabilidade, e um elemento de apoio para quem independentemente de ter uma avaliação positiva, ou ter uma avaliação negativa, tem um instrumento que utilizando única e simplesmente a verdade e as descrições factuais, conta uma parte da história destes 110 Anos, nomeadamente os últimos 10 anos, nos quais a gestão do município que pela mão da sua Câmara Municipal, esteve sob sua responsabilidade. -----

Destaca também a obra do Jardim Oudinot, que será o maior parque da Ria de Aveiro, no coração do Município e numa zona muito nobre, com uma acessibilidade fácil e franca. -----

Quanto ao Mercado da Costa Nova, destaca o desenvolvimento do projecto da ampliação do mercado, gerindo este projecto com todos os cuidados de relação com as entidades, nomeadamente o Ministério da Agricultura de forma que tenhamos as condições técnico/legais devidamente cumpridas, nomeadamente na área de cozinha, que tem exigências legais complexas. Destaca o trabalho desenvolvido com uma vasta equipa, nomeadamente as operadoras do mercado; a empresa que é prestadora de serviços na Câmara Municipal, serviços de confecção de alimentos, técnicos da ASAE, e os técnicos do Ministério da Agricultura, num processo gerido pelo Vereador Paulo Costa, e que culminou com a atribuição de número de controle veterinário à cozinha, o que permitiu que se cumprissem competências ao nível técnico/formal de forma a que continuasse a venda de camarão. -----

Termina, destacando os acordos de cooperação assinados com as associações de pais, elogiando o trabalho dos dirigentes associativos que voluntariamente lideram e marcam o empenho de parceria entre ambos. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Menciona que leu o livro e por isso, pergunta se o livro foi lançado no âmbito das Comemorações dos 110 anos ou se é o livro do PSD. Questiona qual o ponto de situação da obra de ampliação do Mercado da Costa Nova, demonstrando interesse em tomar conhecimento do mesmo. -----

HUMBERTO ROCHA: Sobre a Activação da Consulta Aberta no Concelho de Ílhavo, faz referência à carta que os autarcas de Ílhavo receberam com cópia de um ofício enviado a ARSC (Administração Regional de Saúde do Centro), datado de 15 de Fevereiro, em que são apresentados os pretensos problemas suscitados pela passagem do SAP (Serviço de Atendimento Permanente) a “Consulta Aberta”, no Centro de Saúde de Ílhavo, a partir de 1 de Março de 2008. Entende o interesse dum Presidente da Câmara em defender os munícipes, não fosse o caso de aquela alteração ser apresentada como um quadro negro, com um alarmismo desmesurado, sem o mínimo de sustentabilidade. -----

Estranha o facto de o Presidente da Câmara não fazer menção na “Actividade Municipal”, do esclarecimento da Administração Regional de Saúde do Centro ao ofício recebido da Câmara Municipal, mencionando que o mesmo apenas serviu para alarmar a população e mostrar um retrato muito negativo da forma de fazer política. -----

FRANCISCO GRANGEIA: Coloca as seguintes perguntas: Para quando obras de melhoramento no caminho do praião e Qual é o prazo de execução das obras Mercado da Costa Nova. -----

MANUEL SERRA: Congratula-se pelos trabalhos de requalificação do Jardim Oudinot, permitindo a valorização do Navio Museu Santo André. -----

Quanto ao ancoradouro, pergunta se também serão abrangidos os barcos de pesca. -----

MARIA DE FÁTIMA BOLA: Diz que o livro reúne os principais momentos ocorridos ao longo de 10 anos, nomeadamente as obras do antigo acesso à Ponte da Barra, a recolha selectiva e tratamento dos lixos, os ecopontos, diversos programas educativos, Maior Idade, MarAgosto, entre outros. -----

Resume que foi uma década que demonstrou mudança e melhoria da qualidade de vida. -----

FLOR AGOSTINHO: No âmbito das Comemorações dos 110 do Município, recorda o trabalho realizado ao longo da última década, onde houve desenvolvimento do Concelho. Congratula a edição do livro, pois irá permitir aos jovens tomarem conhecimento do ocorrido no seu Concelho. -----

Quanto ao Mercado da Costa Nova, indica ter conhecimento da existência de projecto adjudicado. Diz ainda saber que o problema da cozedura do camarão tem solução temporária. -----

Destaca as obras no Jardim Oudinot, a recuperação do edifício municipal, ampliação do Mercado da Costa Nova, as ciclovias de acesso à Praia da Barra, entre outras. -----

Sobre a consulta aberta e perante o cenário nacional, compreende a postura do Presidente da Câmara em defender os seus munícipes. -----

JORGE TADEU: Destaca a reunião da GAMA onde foi aprovada uma carta, a qual subscreve, que aborda a elevação da urgência do Hospital de Aveiro para urgência polivalente, transformando-o em Hospital Central, pois entende que há necessidade e condições no nosso distrito. -----

Verifica que os autarcas da GAMA dizem que os serviços de saúde estão mais longe, mais lentos, mais caros e menos eficientes na nossa região e isso tem-se vindo a verificar ao longo dos últimos meses, tendo tomado uma posição pública sobre esta matéria. -----

Terminando, apela ao Presidente da Área Metropolitana a marcação de uma reunião com o Ministro da Saúde. -----

PEDRO PARRACHO: No tema da saúde, entende que existem graves problemas em Portugal, e que começa a ser normal que sejam os autarcas a defender as populações. -----

Lamenta que o sistema de saúde não dê respostas às necessidades mínimas das pessoas, nomeadamente na saúde oral e outras especialidades, tal como oftalmologia. Portanto, não estranha que as pessoas contestem. -----

Destaca as ciclovias e vias pedonais, visto serem uma maior realidade no Concelho. Na questão das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada, tem visto algumas melhorias, no entanto nas Finanças de Ílhavo, tudo se mantém, porque aquando da posse do Governo, revogou a lei que existia e que impunha que o mesmo pagasse coimas pelo não acesso aos serviços públicos, dando mais um prazo de tempo. Entende que este governo está a marginalizar os deficientes em todos os sentidos, dando como exemplo a lei sobre as reformas antecipadas que foi aprovada e não deu qualquer abertura à questão dos cidadãos com deficiência. -----

Termina, dizendo que esta Câmara tem dado atenção à questão das acessibilidades, porque cada vez mais as populações só podem contar com os autarcas e não com Governo. -----

EDUARDO FERREIRA: Refere que a Gafanha da Encarnação comemorou mais um ano de elevação a Vila, afirma que o Presidente da Câmara é demasiado egocêntrico não dando liberdade aos seus Presidentes de Junta de demonstrar um trabalho mais profícuo para as suas freguesias. -----

Quanto à doação de um imóvel à Santa Casa da Misericórdia, pergunta se não coloca em desvantagem outras instituições que se dedicam à mesma acção social e se há um apoio legal para que a Câmara Municipal doe um edifício do Município a uma instituição. Termina, questionando se a Assembleia Municipal não tem que se pronunciar perante a doação de um bem do Município, a uma instituição. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): É bom que tenhamos consciência que a Câmara Municipal tem que tomar posições políticas claras, dando como exemplo que depois de várias tentativas para agendar reunião com os responsáveis da política de saúde da região, só obteve resposta, via telefone, após publicação do seu comunicado. -----

Destaca outros dossier's que continuam indiferentes aos responsáveis pela saúde, como a extensão de saúde da Praia da Barra e o Hospital de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, e que são objectivos importantes a gerir de acordo com as circunstâncias afim de defender os interesses da população. Por isso o comunicado foi gesto de protesto. -----

A reunião tida com a Administração Regional de Saúde do Centro decorreu com a presença de responsáveis da estrutura municipal e regional e a ausência do responsável distrital, decorrendo positivamente conforme sumário no documento apresentado. Por isso, afirma continuar a lutar pelas questões relacionadas com a Extensão de Saúde da Barra e com o Hospital de Cuidados de Saúde. -----

Lamenta que, quando do envio da carta a solicitar reunião com o Ministro da Saúde, este tenha sido substituído, estando ainda a aguardar resposta da Ministra que assumiu funções. -----

Quanto ao lançamento do livro, responde ao membro José Loureiro, que o mesmo foi um sucesso pela adesão das pessoas. Sobre o Mercado da Costa Nova, informa que os projectos não são discutidos publicamente, antes de os mesmos terem sido apresentados formalmente. No entanto, adianta que em conjunto com o Vereador Paulo Costa, tem tido diversas reuniões para discussão dos estudos prévios com os operadores do Mercado da Costa Nova. Indica que embora não haja debate público sobre o projecto, mas no exercício das suas competências mostrar-lhe-á os estudos prévios. -----

Responde ao membro Francisco Grangeia que a manutenção do Caminho do Praião está assumida pela Câmara Municipal em coordenação com a Junta de Freguesia. -----

Em relação ao Mercado da Costa Nova, prevê-se que a obra terá início no decorrer do ano 2008 e terminus antes das eleições de 2009, porque a pré-negociação do Programa Operacional das Pescas correu bem, aguardando-se aprovação de financiamento. -----

Sobre as referências do membro Manuel Serra ao Jardim Oudinot e ao seu ancoradouro, informa que a sua gestão está em parceria com a APA e terá regras bem definidas. No entanto, diz entender que a Gafanha da Nazaré já dispõe de suficientes pontos de apoio às pequenas embarcações, defendendo um apoio na zona do Cais dos Bacalhoeiros. -----

Quanto às acessibilidades às Finanças, informa o membro Pedro Parracho que o Vereador Fernando Caçoilo está a estudar a melhor forma de resolução do dossier. -----

Informa o membro Eduardo Ferreira que não concorda com a sua apreciação à sua pessoa aquando do aniversário da Gafanha da Encarnação. Em relação à doação à Santa Casa da Misericórdia, diz que fazer bem a uma entidade nunca coloca outros em desvantagem, pois é o fazer bem ao Concelho. Informa que este assunto não veio à discussão da Assembleia por questões legais, porque o valor da doação não atinge o que a lei estabelece para avançar com a discussão, bastando a deliberação de Câmara. Na sua óptica traduz vantagens muito importantes para o Município. -----

Responde às perguntas colocadas pelo membro Francisco Grangeia, dizendo que na matéria de PDM há a exigência de relatórios ambientais derivados da legislação publicada em Setembro e que continua aguardar por resoluções para a realização desses relatórios ambientais a emitir pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território. -----

Quanto ao estado caótico das estradas da Gafanha da Nazaré, discorda do membro José Loureiro, visto haver situações pontuais, tanto ao nível dos investidores privados como públicos. -----

Sobre as casas mencionadas diz que tem havido acções regulares de acompanhamento, mas devido a um erro cometido no mandato de 94/97 ao autorizar as instalações de base, criou uma situação difícil de resolver. -----

Em relação ao trânsito e à Rua D. Manuel Trindade Salgueiro, vão-se proceder a alguns ajustamentos, mas o sentido de trânsito vai manter-se. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

EDUARDO FERREIRA: Sobre a questão da doação do imóvel, coloca novamente a questão sobre a existência de um eventual impedimento legal. -----

JOSÉ LOUREIRO: É sua opinião que as referidas casas deveriam ser demolidas. -----

HUMBERTO ROCHA: Compreende que se deva defender os munícipes, mas entende que o ofício só trouxe alarmismos. Por isso, diz que a pressão deve ser feita dentro de certos limites. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Quanto à questão legal desta matéria, diz que a deliberação de Câmara está feita com base num normativo legal, disponibilizando o acesso ao processo e aos técnicos para explicarem o enquadramento legal. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 - Discussão sobre a auditoria às Finanças Municipais (Proposta do PS); -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

HUMBERTO ROCHA: Começa por dizer que a bancada do PS solicitou a realização de uma auditoria às finanças municipais, com o objectivo de obter a verdade matemática sobre o valor real da dívida da Câmara Municipal, porque o Vereador João Oliveira afirma que é de 40 milhões de euros e o Presidente da Câmara diz que o valor é inferior, sem precisar valores. -----

Através da auditoria pretende-se apurar o quantitativo da dívida, de modo a avaliar a situação financeira da Câmara e retirar as responsabilidades políticas. -----

Apela à aprovação da proposta, cumprindo o dever de fiscalização da Assembleia sobre o Executivo Municipal. -----

FLOR AGOSTINHO: Diz que poderiam pedir esclarecimento sobre o teor da proposta, nomeadamente que tipo de contratação, que tipo de entidade auditora, se é uma entidade externa pública, mas entende não ser útil, porque a proposta não segue os trâmites da contratação pública, nem prevê qualquer tipo de contratação pública, nem a Assembleia Municipal tem meios financeiros para o poder suportar. -----

Comenta que esta proposta demonstra uma tentativa desesperada de justificar trabalho por parte dos membros do PS, dizendo ainda não estarem preparados tecnicamente para analisar e apreciar as contas do Município, que são sempre apresentadas em Abril à Assembleia, para posterior avaliação e julgamento da mais independente da entidade fiscalizadora do país, o Tribunal de Contas. Entende que esta atitude

demonstra uma falta de preparação técnica, má fé, má consciência e puro eleitoralismo, como se comprovará na próxima reunião ordinária, onde os membros da assembleia, no quadro da sua competência de acompanhamento e fiscalização da actividade da Câmara Municipal terão oportunidade de provar a sua capacidade de fiscalizar apreciar e avaliar as pertinentes contas, sem necessidade de interferência de uma qualquer entidade exterior. Igualmente constata que na proposta apresentada, os seus subscritores se esqueçam no presente caso desse princípio, bem como não tenham presente a existência da delimitação de competências dos dois órgãos autárquicos, que nos termos do princípio da especialidade a que estão sujeitos impede a interferência nas competências de um órgão no outro. -----

JOSÉ LOUREIRO: No seguimento da intervenção do membro Flor Agostinho e baseado no Regimento, diz que em todas as sessões ordinárias, a Câmara é obrigada a apresentar a situação financeira da mesma, nada se tendo verificado até hoje. -----

Chama à atenção para o pedido de auditoria do Secretário-Geral e Presidente desta Câmara ao seu partido, não percebendo qual o impedimento em realizar no seu município. -----

EDUARDO FERREIRA: Apesar da legitimidade do PS em solicitar uma auditoria, aguardava justificação ao seu pedido, porque não compreende razão para tal. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, para comentar o ponto em discussão: Não entende a razão da proposta apresentada, porque o líder dos membros do PS já presidiu esta Câmara Municipal, pondo em causa a idoneidade e seriedade dos funcionários da Câmara. -----

Aceita auditorias, mas acha-as um absurdo quando estão a um mês de discutir o relatório de contas. -----

Esclarece que a Câmara não tem dívida não formal e as contas já não precisam de ser mencionadas na exposição do Presidente, visto se encontrarem disponíveis na Internet. -----

Deixa claro que se avançasse com esta proposta que por cada dúvida sobre matéria financeira da Câmara Municipal, existiria um sem número de auditorias insustentáveis em quantidade de trabalho e em custo para o orçamento municipal". -----

VOTAÇÃO: Submetida a votação, foi deliberado por maioria, rejeitar a mesma com os 15 (quinze) votos a favor do PSD, 1 abstenção do membro do CDS/PP e nove votos contra (8 PS e 1 CDU). -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Membro do CDS/PP: -----

"Sobre o ponto 2 da Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, o CDS entende que não se pode nem se deve solicitar auditorias às contas públicas desta câmara por uma questão puramente partidária ou pessoal. Na explicação dada pelos representantes do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, não é claro nem entendível o porquê desta solicitação. O jogo político não pode chegar a este ponto. O CDS não participa nem comunga destas intenções e por isso vota pela abstenção, no sentido de se demarcar da partidarite política que grassa neste Concelho. -----

CDS- Partido Popular -----

As.) Eduardo Manuel Simões Ferreira -----

Deputado Municipal -----

2008.02.29". -----

Membros do Partido Socialista: -----

"Pretendeu a bancada do Partido Socialista na Ass. Municipal, num exercício de completa e perfeita transparência, apurar qual a situação financeira da Câmara, através duma auditoria externa e independente.- Essa pretensão foi no estrito cumprimento das obrigações de fiscalização que esta Ass. Municipal tem sobre o Executivo. -----

Com base nesta proposta tínhamos 2 premissas, a saber: -----

a) A alegada verdade ou mentira matemática do Sr. Presidente da Câmara. -----

b) A alegada mentira ou verdade matemática dum vereador da oposição. -----

Reiteramos que o objectivo desta auditoria é tão só: -----

Apurar o valor real e efectivo da dívida desta Câmara Municipal. -----

Se não tivesse existido a força do bloqueio da maioria PSD retiráramos, pelo menos 2 vantagens. -----

-Matematicamente saberíamos o valor da dívida. -----

-Matematicamente saberíamos quem fala verdade e quem fala mentira. -----

Com este chumbo, protagonizado pela supra referida força de bloqueio, constatamos que: -----
A). Politicamente temos dois valores de dívida, um de 40 milhões e outro inferior; -----
B- Politicamente temos alguém que diz verdade e alguém que mente. -----
Resta-nos aqui duas certezas: -----
A- A certeza da dúvida da dívida. -----
B- E a certeza de que quem não deve não teme. -----
Para a posteridade ficará exarado em acta que a maioria social-democrata chumbou, (para nós sem fundamentos, nem justificação, e para outros com um fundamento e uma justificação dúbia, que quando se pretende apurar a verdade se apurou apenas a dúvida. -----
Esperamos que as responsabilidades políticas sejam apuradas desta omissão do dever de fiscalização da Assembleia Municipal sobre o Executivo. -----
Como nota final, apenas dizer que esta nossa ideia por Ílhavo, de auditoria externa e independente de contas, até já foi copiada por um Partido Político relativamente às suas contas, num passado bem recente. --
Será caso para dizer: -----
"Bem prega Frei Tomás, olha para o que ele diz e não para o que ele faz" -----
2008/02/29 -----
Pel' Os Membros do PS na Ass. Municipal -----
As.) Humberto Rocha". -----
Atendendo ao adiantar da hora, o Presidente da Mesa informou que se atingiu a hora de audição do público, e como não havia público para intervir, deu por finda a reunião pelas 00 H30 do dia seguinte, dia 01 de Março de 2008. A Sessão terá a sua continuidade nos termos da convocatória. -----
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 18/04/08.